

# INTERDISCURSIVIDADE E INTERTEXTUALIDADE NA ANÁLISE CRÍTICA DO GÊNERO REPORTAGEM<sup>1</sup>

Amanda O. Rechetnicou<sup>2</sup>  
Sostenes Lima<sup>3</sup>

## RESUMO

Neste trabalho, temos como objetivo analisar conexões interdiscursivas e intertextuais na constituição do gênero reportagem e refletir sobre potenciais efeitos na legitimação de discursos e vozes particulares. Apresentamos, num primeiro momento, as concepções teórico-analíticas que fundamentam nossa discussão. Com base na Análise Crítica de Gêneros (ACG) e na Análise de Discurso Crítica (ADC), realizamos a investigação de uma reportagem da revista semanal de informação *IstoÉ*, com foco em questões políticas e na representação de líderes políticos específicos. A análise mostra que esses recursos são potenciais na legitimação de posicionamentos político-partidários e ideológicos particulares, bem como possuem papel importante na configuração do gênero.

**Palavras-chave:** interdiscursividade, intertextualidade, gênero reportagem, análise crítica de gêneros.

## Introdução

Neste trabalho, consideramos a interdiscursividade e a intertextualidade importantes elementos linguístico-discursivos que refletem a relação entre gênero e discurso. Nesse sentido, a partir da Análise Crítica de Gêneros (ACG), buscamos discutir possíveis efeitos das conexões interdiscursivas e intertextuais que configuram o gênero reportagem de revista semanal de informação.

---

<sup>1</sup> Este trabalho resulta das atividades de pesquisa realizadas no projeto “Gêneros em revista: análise sociorretórica e discursiva de gêneros em revista semanal de informação”, coordenado pelo segundo autor.

<sup>2</sup> Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), *campus* Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. E-mail: amanda\_yea@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás, *campus* Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Bolsista do Programa de Bolsa de Incentivo ao Pesquisador (BIP/UEG). E-mail: limasostenes@gmail.com

Para tanto, na primeira seção, apresentamos as concepções teórico-metodológicas da ACG e da Análise de Discurso Crítica (ADC) sobre a interdiscursividade e a intertextualidade. Em seguida, traçamos os percursos metodológicos do trabalho e, na última seção, apresentamos a análise de uma reportagem para discussão sobre algumas relações interdiscursivas e intertextuais que podem ser observadas no gênero, e seu papel na defesa de posicionamentos e interesses específicos da revista.

## **Concepções teórico-analíticas**

### **A Interdiscursividade**

Bhatia (2007, 2008, 2010) aborda, a partir de uma perspectiva crítica, a interdiscursividade como uma categoria que contribui significativamente para analisar os gêneros e suas relações com o discurso. Segundo o autor, a interdiscursividade se refere a tentativas mais inovadoras na criação de gêneros híbridos ou construções relativamente novas por meio de apropriações, convenções ou recursos associados a outros gêneros e práticas.

Nessa abordagem, a interdiscursividade é vista como a apropriação de recursos semióticos, em qualquer das dimensões, para a análise discursiva de gêneros em contextos profissionais: *texto, gênero, prática profissional e prática cultural* (BHATIA, 2007). Essa proposta toma relações interdiscursivas como práticas de interação no contexto das culturas profissionais, empresariais e institucionais.

Em seu artigo *Towards critical genre analysis*, Bhatia (2008) apresenta uma análise de documentos de divulgação contábil e financeira, com foco nas relações entre práticas profissionais e corporativas. Seu estudo desvela estratégias linguísticas usadas para obscurecer os aspectos negativos e realçar os pontos positivos do desempenho financeiro de certa corporação, a fim de melhorar a imagem da empresa aos olhos dos acionistas e de outras partes interessadas.

Bhatia (2008) analisa esses documentos segundo a relação que estabelecem com o contexto da prática profissional; investiga a organização textual e retórica dos documentos; discute os propósitos comunicativos desses gêneros a partir de movimentos retóricos e de elementos léxico-gramaticais (verbos e tempos verbais, expressões e construções nominais/lexicais); e ainda considera as vozes articuladas nos

documentos a partir da noção de intertextualidade. O estudo revela que, nos últimos anos, tem ocorrido uma mudança gradual nos movimentos retóricos dos documentos de informação empresarial, passando das ações de informar para ações de promover a empresa a seus públicos. Essa mudança ocorre devido à interdiscursividade presente na relação entre os documentos de divulgação contábil e financeira da corporação e as práticas profissionais em que se inserem.

É nesse sentido que Bhatia (2008) reforça a necessidade de análise textual e discursiva juntamente com a análise contextual, para que se possa compreender o modo de ação dos gêneros e sua relação com os contextos profissionais e institucionais. Com isso, o autor demonstra uma maior preocupação com questões discursivas na análise de gêneros, o que contribui para desvelar relações de assimetria de poder e “auxiliar na análise de problemas sociais envolvidos em práticas sociodiscursivas correntes numa determinada comunidade profissional” (LIMA, 2013, p. 33).

Para Bhatia (2010), a teoria crítica de gêneros consiste em uma alternativa teórico-metodológica complementar para pesquisas com base em questões discursivas no contexto de práticas profissionais, organizacionais e institucionais. O que também contribui, segundo o autor, para o desenvolvimento de uma forma mais abrangente de estudo da interdiscursividade na teoria de gênero.

Em ADC, a interdiscursividade é compreendida como uma categoria de análise relacionada ao significado representacional, ou seja, de representação de aspectos do mundo. As conexões interdiscursivas em textos dizem respeito aos diferentes modos pelos quais um determinado aspecto do mundo pode ser representado. Portanto, a interdiscursividade volta-se para “os discursos articulados ou não nos textos, bem como [para] as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 142).

A análise da articulação de diferentes discursos em gêneros específicos pode contribuir para a compreensão de como representações particulares estão associadas a interesses e posicionamentos particulares e como se relacionam a diferentes ações e práticas sociais. Segundo Fairclough (2003), pela análise dessa categoria é possível observar como a articulação específica de discursos se associam a lutas hegemônicas e a tentativas de reproduzir e legitimar representações particulares do mundo.

Na ADC, a interdiscursividade é analisada a partir da identificação de como diferentes discursos são articulados (discurso político, econômico, midiático, jornalístico, religioso etc.), ou pode ser observada por meio das diferentes maneiras de lexicalização de aspectos particulares do mundo. As diferentes maneiras de lexicalizar algo pode indicar quais discursos movem essas distintas formas de representação (RAMALHO; RESENDE, 2011), seja de eventos ou de atores sociais.

Além disso, a interdiscursividade não só se relaciona com a articulação de discursos particulares, mas também com hibridizações de gêneros e estilos (modos de identificação). Fairclough (2003) propõe analisar a relação interdiscursiva entre as ordens de discurso – redes de práticas sociais compostas por gêneros, discursos e estilos. Cada um desses elementos é relacionado a um tipo de significado textual: gêneros ao significado acional (a modos de agir e interagir discursivamente); discursos ao significado representacional (a modos de representar o mundo); e estilo ao significado identificacional (a modos particulares de ser, de identificar, de constituir as identidades sociais ou particulares).

Ao propor a análise interdiscursiva desses três elementos, Fairclough (2003) explora a relação dialética entre eles. Nesse sentido, compreende que discursos são legitimados em gêneros e manifestados em estilos, enquanto ações e identidades (gêneros e estilos) são representadas em discursos. Assim, gêneros, discursos e estilos são organizados em relações interdiscursivas, nas quais podem ser “misturados”, articulados e tecidos de maneiras particulares, constituindo, dessa forma, mudanças sociais.

Um ponto importante na discussão de Fairclough (2003) sobre a interdiscursividade diz respeito à hibridização e à mudança social. O autor compreende que as transformações sociais do novo capitalismo podem ser vistas como mudanças nas formas de ação e interação, o que abarca a mudança de gêneros. Dessa maneira, pode-se concluir que as hibridizações de gêneros são uma parte importante das transformações que ocorrem no novo capitalismo.

Ao relacionar questões discursivas e genéricas, com base na ADC e ACG, buscamos analisar a relação entre gêneros específicos e práticas sociais particulares e “verificar o papel dos gêneros na configuração dessas relações de dominação. Trata-se de observar o gênero por uma perspectiva ideológica” (BONINI, 2012, p. 6). Isso

possibilita a compreensão do modo como o gênero está encaixado nos processos de representação da realidade, de construção das relações sociais, de reconstrução, sustentação e legitimação de sentidos ideológicos.

### **A intertextualidade**

Enquanto a interdiscursividade refere-se à articulação de diferentes discursos em textos, tomamos intertextualidade como o modo de articulação de diferentes vozes em textos (BAKHTIN, 2011).

Fairclough (2001, p. 114) define a intertextualidade como a “propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos”. Para o autor, esse elemento discursivo se refere ao modo como textos podem transformar outros textos anteriores e reestruturar convenções existentes para a produção de novos textos. Essa é, segundo a ADC, uma categoria de análise potencial para analisar gêneros, já que comumente “gêneros específicos articulam vozes de maneiras específicas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 133).

Fairclough (2003) afirma que a intertextualidade é uma categoria inerentemente seletiva, principalmente em relação a quais vozes serão ou não incluídas nos textos e ao modo como essas vozes serão representadas. A seleção de quais vozes constituirão o texto e como elas serão articuladas faz parte de um conjunto de escolhas ideológicas por parte daqueles que produzem e utilizam o gênero como forma de ação social.

A análise do modo como se constitui a articulação de vozes específicas em gêneros contribui para investigar práticas discursivas na sociedade que estão relacionadas a lutas hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001). A esse respeito Ramalho e Resende (2011, p. 133) explicam que “a ausência ou a presença de vozes provenientes de textos diversos, assim como a natureza da articulação dessas ‘vozes particulares’, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas”.

Na análise de gêneros, Bhatia (2008) explica que, enquanto a interdiscursividade foca na hibridização de discursos e gêneros, a intertextualidade concentra-se na recontextualização de diferentes textos em um gênero, com foco nas propriedades textuais e retóricas da configuração genérica. Podemos compreender, com isso, que ao analisarmos a interdiscursividade podemos compreender aspectos discursivos importantes em relação à configuração de um gênero. Já a intertextualidade nos permite

compreender aspectos sociorretóricos presentes na constituição desse gênero. Por isso, neste trabalho, partimos da hipótese de que ambas as categorias de análise são importantes para a compreensão da relação entre gêneros e discursos.

### **O gênero reportagem**

O gênero reportagem é tido como um dos principais gêneros do cenário das práticas jornalísticas. Esse pode também ser considerado um dos principais gêneros da constituição hipergenérica e discursiva da revista semanal de informação, por estar associado aos movimentos retóricos da revista relacionados às ações de informar e interpretar sobre acontecimentos da atualidade que recebem valor-notícia.

A reportagem de revista semanal de informação constitui-se basicamente um gênero narrativo, que se preocupa menos com os fatos rotineiros e cotidianos assegurados pela imprensa diária e mais com uma abordagem interpretativa de fatos da realidade social atual (LUSTOSA, 1996). Sodré e Ferrari (1986) explicam que a reportagem de revista consiste numa narrativa, não regida pelo imaginário, mas pela construção jornalística, que trabalha com aspectos factuais da realidade. Nesse sentido, podemos definir algumas ações básicas do gênero: ações de narrar, de informar e de interpretar.

A partir dessas ações, o gênero reportagem de revista semanal de informação usa de procedimentos retóricos típicos (avaliações, metáforas, intertextualidade, interdiscursividade, representação de atores sociais, por exemplo) que servem para empenhar suas ações e propósitos sociodiscursivos específicos. Dentre esses procedimentos retóricos peculiares consideramos, em especial, a interdiscursividade e a intertextualidade. Esses procedimentos podem ser importantes para a compreensão da relação entre o gênero e discursos particulares, bem como para entender como desempenha ações nas práticas sociais.

### **Análise**

Selecionamos uma reportagem da revista *IstoÉ* que representa acontecimentos voltados para questões políticas no cenário brasileiro atual. A reportagem *Dilma encastelada*, escrita por Isabelle Torres, compõe a edição n. 2364, de 25 de março de 2015 (cf. Anexo 1).

Para a análise da interdiscursividade, buscamos identificar traços significativos no texto que refletem a articulação de discursos particulares, incluindo processos de lexicalização que apontam para os posicionamentos discursivos e ideológicos da revista. Buscamos ainda discutir a relação entre o gênero, os discursos articulados e os modos de identificação, como propõe Fairclough (2003) ao discorrer sobre a relação interdiscursiva entre esses elementos.

Na análise da intertextualidade, buscamos investigar efeitos potenciais da articulação de vozes específicas no texto, bem como apontar aspectos sociorretóricos discursivos peculiares ao gênero reportagem.

### **Análise da interdiscursividade no gênero reportagem**

Observamos que toda a narrativa da reportagem *Dilma encastelada* é construída a partir da articulação do discurso político, principalmente no sentido político-partidário. Diferentes posicionamentos partidários são articulados, apontando assim para o posicionamento assumido e defendido pela revista.

Nos trechos abaixo verificamos, por exemplo, que uma das estratégias usada para legitimar a posição político-partidária da revista é a construção de uma narrativa que desfavorece a imagem pública da presidenta Dilma Rousseff:

- (1) Mergulhada na mais grave crise política do Brasil desde a queda de Collor, em 1992, a presidente Dilma *está encastelada* em um *palácio* que parece prestes a desmoronar. A presidente reage tibiamente. Não faz movimentos consistentes. Não toma uma decisão capaz de reverter – ou, pelo menos, estancar – o ciclo de escândalos. É uma rainha à procura da *coroa perdida* (p. 50).
- (2) [...] Dilma tem agido como se fosse a encarnação de uma *soberana* autossuficiente, indiferente ao caos generalizado, incapaz de expressar um gesto qualquer de humildade, de lançar um movimento, de propor uma ação que traga alguma boa nova ao País (p. 50).
- (3) O País vai mal e a *rainha encastelada* não ceifa ministérios (em tempos de ajuste de contas, seria simbólico e altamente positivo enxugar a máquina), não assume erros na condução da política econômica, não corta a corrupção pela raiz (até quando ela vai poupar antigos aliados?). Faz, enfim, apenas o que lhe convém – e não o que é necessário para tirar o Brasil do marasmo (p. 50-51).
- (4) Desde que se elegeu para o segundo mandato, a presidente tem evitado o diálogo com a sociedade. Nesse período, escalou ministros para pronunciamentos vazios, deu respostas confusas sobre os temas

que preocupam o País e, nos jantares forçados com aliados, fez promessas de aproximação que se desfizeram nos dias seguintes. Mesmo quando decidiu sair da clausura, fez isso de forma atabalhoada (p. 51).

Observamos nos trechos (1) a (4) a utilização de uma série de avaliações negativas para identificar Dilma Rousseff e caracterizar seu governo atual, articulando dessa forma uma construção discursiva que, por um lado, desfavorece não só a presidenta, mas o partido PT e, por outro, favorece posicionamentos partidários de oposição.

A articulação do discurso político em torno de questões partidárias também pode ser observada a partir dos processos de lexicalização usados na reportagem. A lexicalização específica aponta para o modo como os discursos representam aspectos do mundo.

Nos trechos citados, há predominância da representação metafórica de Dilma como *rainha* e de expressões associadas. Além disso, as representações imagéticas são construídas a partir dessa identificação metafórica, como se vê na imagem da presidenta ao lado do ex-presidente Lula (cf. p. 49 da reportagem). Esses modos de representação favorecem a legitimação de um posicionamento político-partidário e ideológico contrário ao governo atual.

Outro dado relevante é o uso da expressão *reinado dilmista*, como destacado no excerto abaixo:

- (5) Para colocar ainda mais obstáculos ao *reinado dilmista*, partidos de oposição apresentaram na semana passada um pedido de reconsideração ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavaski, para que analise a possibilidade de a presidente ser incluída no rol de investigados da Operação Lava Jato (p. 52).

Observamos que o uso do sufixo *-ista* em *dilmista*, no contexto da reportagem, contribui para a construção de sentido depreciativo em torno da presidenta e seu governo. O sufixo *-ista* indica, dentre outros sentidos, aquele que é adepto ou seguidor de uma linha política específica, que possui alguma relação com uma doutrina ou ideologia particular, como por exemplo populista, socialista, capitalista etc. O sufixo não necessariamente possui uma carga semântica negativa, mas em determinados

contextos essa forma de lexicalizar constrói um sentido depreciativo, pejorativo, como em *reinado dilmista*.

Chamamos a atenção também para a articulação da voz de um ator social específico que usa o termo *cleptocracia*, também usado para caracterizar o governo atual:

- (6) O tiroteio vem de todos os lados. Na semana passada, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma *cleptocracia*” (p. 51).

O termo, que aparece por meio da citação da fala do senador João Capiberibe, também serve para legitimar a posição da revista em oposição ao governo da presidenta Dilma Rousseff. O termo *cleptocracia* – que se refere a um Estado governado por líderes que fazem uso corrupto de seu capital financeiro – sugere a identificação da presidenta e outros líderes de seu governo como “corruptos”, “desonestos”, “ladrões”, (principalmente pelo sentido de *clepto*: que ou quem rouba).

Como aponta van Dijk (2012), opiniões e posicionamentos negativos sobre ações e grupos políticos geralmente são lexicalizados por palavras com sentido depreciativo, podendo legitimar a construção de identificações negativas para grupos e atores sociais específicos. O autor também lembra que o uso de lexicalizações específicas pode também ter efeitos na ativação de atitudes e ideologias políticas com vistas a influenciar a opinião pública (VAN DIJK, 2012).

E é nesse sentido que concordamos que o uso de termos como *dilmista* e *cleptocracia* são usados na reportagem com o intuito de legitimar e naturalizar uma representação negativa da presidenta e seu governo. Nesse sentido, os processos de lexicalização em torno da representação de atores e eventos sociais na reportagem revelam uma das maneiras pelas quais o discurso político é articulado.

Ao tecer uma narrativa que constrói modos particulares de identificar atores sociais do cenário político, a reportagem contribui para que a revista atue socialmente em práticas que visam legitimar modos específicos de identificação e universalizar discursos particulares no âmbito da política partidária. Essa articulação aponta para um aspecto importante da interdiscursividade: a relação interdiscursiva entre ação (gênero), representação (discursos) e modos de representação (estilos) (FAIRCLOUGH, 2003).

A articulação do discurso político nessa reportagem de *IstoÉ* também aponta para o modo como mídias corporativas e tradicionais atuam no embate pela manutenção do poder e hegemonia. Essas mídias produzem textos e gêneros segundo seus interesses, muitas vezes atrelados a instituições e organizações particulares. No caso da reportagem *Dilma encastelada*, o discurso político-partidário é articulado com o intuito de favorecer grupos partidários específicos em detrimento de outros. Nesse sentido, a revista, por meio da articulação de representações (discursos) ideológicas, usa o gênero reportagem para empenhar práticas que visam construir/reafirmar uma opinião/consenso político nas práticas sociais.

Também identificamos outros discursos ideologicamente relevantes:

- (7) Na quarta-feira 18, a rainha Dilma descobre que os súditos estão insatisfeitos. *Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, seus índices de rejeição estão próximos aos do ex-presidente Fernando Collor às vésperas do impeachment* – palavra que, aqui e ali, começa a circular no País (p. 48).
- (8) Na quinta-feira 19, uma proposta aprovada no TCU (Tribunal de Contas da União) poderá levar a presidente a se tornar alvo de ações de fiscalização do órgão que apura desvios na Petrobras. Se isso acontecer, *será a abertura das portas do inferno*. A decisão permite que Dilma seja investigada, multada e tenha bens bloqueados (p. 50).

Na reportagem, a opinião pública é representada por uma pesquisa do Instituto Datafolha (trecho 7). Esse tipo de representação tende a confundir o discurso público com o discurso privado. No bloco retórico em que se situa a reportagem, o infográfico (gênero usado no bloco para complementar as informações dadas na reportagem) mostra que os índices de rejeição da presidenta chegam a 62%, enquanto os de Fernando Collor eram de 68% na época do *impeachment*. No entanto, dados desse tipo de pesquisa referem-se a um grupo particular (não totalmente representante do que pode ser considerado público) que foi pesquisado/entrevistado pelo Datafolha, o que aponta para “o tipo de discurso que concebe o público cada vez mais colonizado pelo privado” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 145).

No trecho (8), o discurso religioso aparece por meio da hipótese de que a presidenta Dilma passaria por momentos comparados ao *inferno*, se fosse investigada no caso de corrupção da Petrobras. Há nessa construção a relação entre a corrupção (algo condenável) e a noção de inferno. Essa articulação do discurso religioso com o

político contribui para legitimar as construções discursivas da narrativa que avaliam as ações da presidenta por meio de julgamentos de sanção social, o que serve de estratégia para legitimar posicionamentos desfavoráveis a determinadas correntes político-partidárias e favoráveis a outras.

### **Análise da intertextualidade no gênero reportagem**

Outro fator que denota o modo como a revista se posiciona no campo político-ideológico é a articulação de vozes e o modo como são articuladas. Há uma diferença significativa entre o modo como as vozes de oposição política são representadas em relação ao modo como as vozes do governo atual aparecem na reportagem.

As vozes de atores sociais que representam a oposição são construídas dentro de um contexto que lhes atribuem autoridade discursiva:

- (9) [...] há alguns dias o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que “o rei está nu”, numa alusão às feridas escancaradas do governo. FHC tem lançado artilharia pesada. Falou que Dilma precisa vestir as sandálias da humildade e que a presidente “está perdendo as condições políticas de governar”. O tiroteio vem de todos os lados. Na semana passada, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma cleptocracia” (p. 51).

No trecho (9), pode ser observado que as vozes de Fernando Henrique Cardoso e de João Capiberibe são vozes legitimadas, o que contribui tanto para construir uma identificação positiva para esses atores sociais quanto para legitimar as ideias apresentadas na narrativa, como a de que a presidenta tem demonstrado pouca competência em governar o país.

As vozes aqui são usadas para articular um posicionamento que, por um lado, favorece posicionamentos partidários de oposição e, por outro, legitima os sentidos contrários à presidenta e seu governo. A intertextualidade, nesse caso, também serve para a articulação de diferentes posicionamentos políticos e partidários.

Como explicamos na subseção anterior, o texto toma a voz do senador João Capiberibe para caracterizar o governo a partir do termo *cleptocracia*. Esse fator indica o entrecruzamento da intertextualidade com a interdiscursividade. As vozes que aparecem e o modo como são articuladas também refletem sobre os diferentes modos de representação que abarcam o texto.

Já as vozes de líderes do governo são articuladas num contexto que cria um sentido depreciativo em relação ao que eles dizem:

- (10) Alheios ao constrangimento de precisar submeter-se aos investigados, Dilma e seus ministros comemoram o lançamento do pacote. “Acho que esse quadro de rejeição e queda de popularidade é reversível”, disse, como se estivesse alheio à realidade, o secretário da Presidência, Miguel Rossetto (p. 52).

A voz representada no trecho acima é posta no texto para ser refutada, rejeitada. Isso legitima os sentidos negativos que estão relacionados à presidenta e outros líderes de seu governo. Nesse sentido, a articulação de vozes torna-se necessária na construção da reportagem para beneficiar a imagem de certos atores sociais do campo político e, por conseguinte, desfavorecer a imagem de outros.

O mesmo sentido depreciativo construído para as vozes aliadas ao governo pode ser observado no segmento abaixo:

- (11) Na tarde de domingo, *dois milhões de brasileiros vão às ruas gritar* contra a presidente Dilma Rousseff. Na noite do mesmo dia, os ministros José Eduardo Cardozo e Miguel Rossetto, desalinhados nas roupas e desorientados nas ideias, *rechaçam os protestos*, enquanto as *ruas clamam* em mais um ruidoso panelaço. Na segunda-feira 16, *Dilma faz um pronunciamento sobre as manifestações* e ninguém, nem seu séquito, parece dar bola para o que *ela diz* (p. 48).

No trecho, as “vozes da rua” são legitimadas e autorizadas, enquanto as vozes da presidenta e de líderes associados são refutadas e representadas como superficiais, sem credibilidade. Mais uma vez, é possível observar que os recursos interdiscursivos e intertextuais no gênero reportagem são usados com o propósito de legitimar os posicionamentos políticos e ideológicos apoiados pela revista.

A intertextualidade, portanto, serve para atestar as ideias postas ou para agregar avaliações positivas ou negativas a diferentes identificações construídas para os atores sociais representados.

### **Considerações finais**

A análise do gênero reportagem de revista semanal de informação, proposta neste trabalho, serviu para apontar a aplicabilidade dessas categorias de análise – a

interdiscursividade e intertextualidade –, bem como para assinalar sua potencial contribuição nos estudos de gêneros e discurso.

Apesar da necessidade de análises mais aprofundadas, principalmente a partir de um *corpus* mais extenso, este trabalho fornece indicações substanciais sobre o modo como discursos particulares e diferentes vozes podem ser articulados no gênero reportagem.

No caso do exemplar analisado, foi possível observar que a revista, por meio do gênero, reproduz discursos hegemônicos, tais como ocorre também em outras mídias. Importantes estratégias linguísticas e discursivas são usadas para reproduzir e legitimar projetos que sustentam relações de dominação. No cenário político, essas mídias atuam em favor de seus próprios interesses e posicionamentos, muitas vezes associados a instituições e partidos políticos particulares.

A interdiscursividade constitui um fator indispensável na constituição discursiva do gênero reportagem, o qual pode articular diferentes representações de mundo, envolvendo o discurso político, discurso jornalístico e midiático e, certamente, outros discursos (econômico, judiciário, religioso, científico etc.), os quais podem ser usados para reforçar posicionamentos particulares.

Em suma, as análises nos mostraram que a interdiscursividade pode ser usada como estratégia para a universalização de representações particulares de mundo, favorecendo a reprodução de relações assimétricas de poder e a manutenção de posicionamentos hegemônicos.

A intertextualidade, por sua vez, não só articula diferentes vozes, mas também, por meio disso, pode indicar a articulação de diferentes discursos. É um elemento constitutivo do gênero reportagem que, dentre outras coisas, se mostrou importante na legitimação dos posicionamentos ideológicos assumidos pela revista. A articulação de vozes representadas como autoridades discursivas ou como vozes sem credibilidade aponta para o modo como lutas podem ser travadas no/pelo discurso, em favor de uma determinada orientação ideológica.

Ainda ressaltamos a importância desses componentes discursivos para uma perspectiva crítica de análise de gêneros, que objetiva desvelar estratégias ideológicas que operam a favor, por exemplo, do poder de líderes políticos e das empresas de comunicação. Uma perspectiva crítica é fundamental para que se evidencie ideologias

que sustentam relações assimétricas de poder e para que se construam narrativas e discursos de resistência.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BHATIA, Vijay. Accessibility of discursal data in Critical Genre Analysis: international commercial arbitration practice. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 10, n. 3, p. 465-483, 2010.

\_\_\_\_\_. Towards Critical Genre Analysis. In: BHATIA, V. K.; FLOWERDEW, J.; JONES, R. H. (Ed.). *Advances in discourse studies*. London: Routledge, 2008. p. 166-177.

\_\_\_\_\_. Interdiscursivity in critical genre analysis. In: BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. C.; RAUEN, F. (Org.). *Proceedings from the 4th International Symposium on Genre Studies (SIGET)*. Tubarão: Unisul, 2007. v. 1, p. 391-400. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/English/36i.pdf>>.

BONINI, Adair. *Análise crítica de gêneros jornalísticos*. 2012. SBJor. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov. 2012. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1776/292>>.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LIMA, Sostenes. *Hipergênero: agrupamento ordenado de gêneros na constituição de um macroenunciado*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Instituto de Letras. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-graduação em Linguística, 2013.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

# INTERDISCURSIVITY AND INTERTEXTUALITY IN CRITICAL REPORT GENRE ANALYSIS

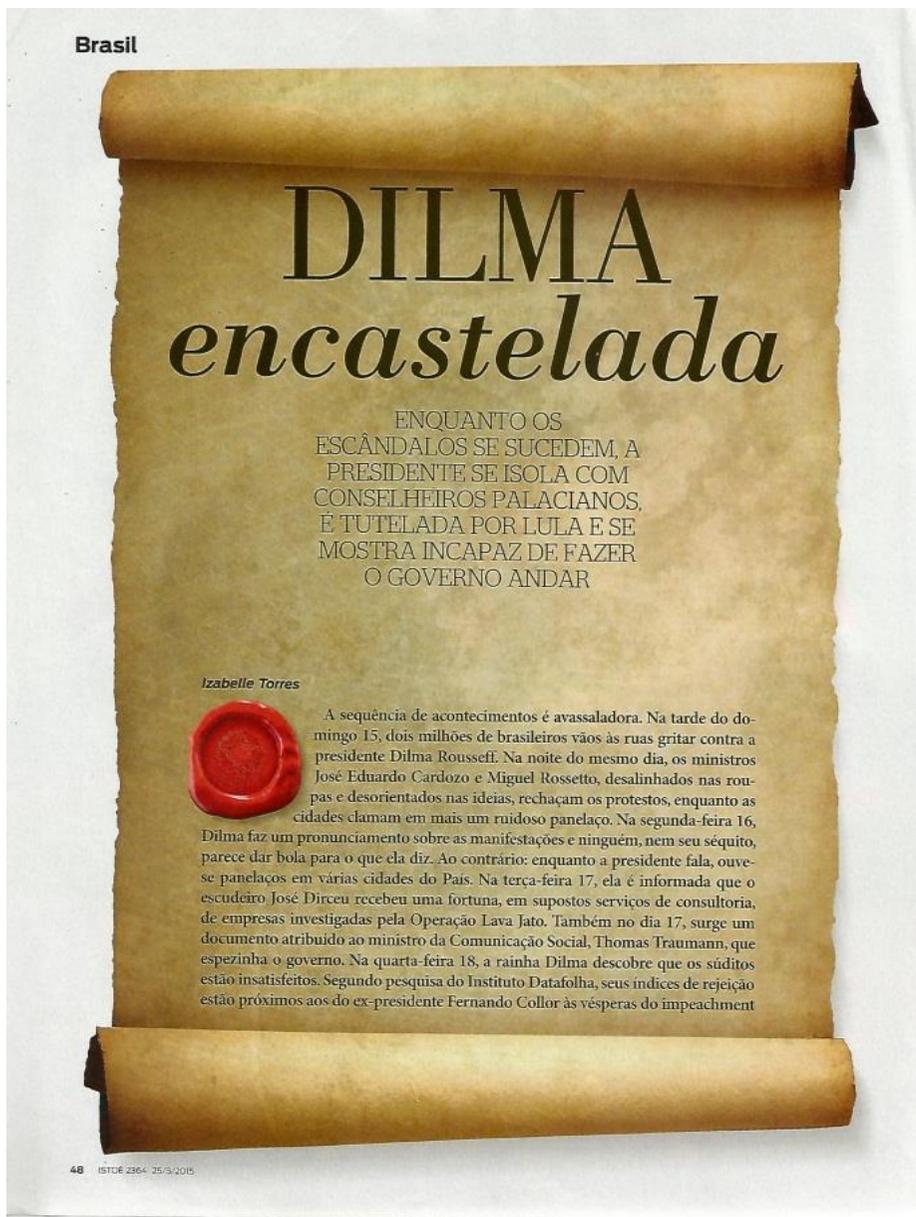
## ABSTRACT

In this paper, we aim to analyze interdiscursive and intertextual connections in the constitution report genre and reflect potential effects of legitimation of speeches and private voices. We present, at first, the theoretical and analytical concepts that underlie our discussion. Based on the Critical Genre Analysis (CGA) and Critical Discourse Analysis (CDA), we conducted the investigation of a report by *IstoÉ* weekly magazine, with focus on political issues and in representing specific political leaders. The analysis shows that these features are potential legitimation of political party positions and specific ideological as well as play an important role in the genre setting.

**Keyword:** interdiscursivity, intertextuality, report genre, critical genre analysis.

Recebido em 03/03/2016.

Aprovado em 25/04/2016.



Brasil



**VOZ DO POVO**  
Manifestantes do MTST mantêm a temperatura do descontentamento geral e queimam boneco do ministro Joaquim Levy, da Fazenda

– palavra que, aqui e ali, começa a circular no País. Na quinta-feira 19, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque depõe na CPI que apura malfeitos na estatal e que deve trazer elementos para incriminar gente graúda do PT, o partido da presidente. Na sexta-feira 20, o dólar dispara, a Bolsa cai e alguém



Fernando Henrique Cardoso, sobre o governo Dilma

revela que o desemprego avança. No sábado, o que virá? E no domingo? O que a nação descobrirá nos próximos dias? O que as semanas reservam ao País? Onde isso tudo vai parar?

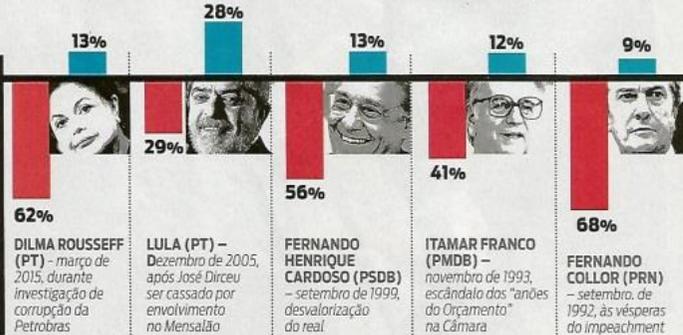
Mergulhada na mais grave crise política do Brasil desde a queda de Collor, em 1992, a presidente Dilma está encastelada em um palácio que parece prestes a desmoronar. A presidente reage tibiamente. Não faz movimentos consistentes. Não toma uma decisão capaz de reverter – ou, pelo menos, estancar – o ciclo de escândalos. É uma rainha à procura da coroa perdida. Em um artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, o professor da USP Oliveiros Ferreira compara a presiden-

te ao monarca Luís XIV. Foi ele quem disse “L’État c’est moi” (“o Estado sou eu”). Por mais que comparações desse tipo sejam imprecisas, Dilma tem agido como se fosse a encarnação de uma soberana auto-suficiente, indiferente aos caos generalizado, incapaz de expressar um gesto qualquer de humildade, de lançar um movimento, de propor uma ação que traga alguma boa nova ao País. Oliveiros faz referências à política externa do governo brasileiro, política essa expressa nas inclinações pessoais da presidente e não nos interesses do Brasil. “L’État c’est moi” diria uma Dilma confiante de seus propósitos. O País vai mal e a rainha encastelada não ceifa ministérios (em tempos de ajuste

**EM BAIXA**

O índice de rejeição da presidente é parecido com o de Fernando Collor às vésperas do impeachment

Ótimo/Bom  
Ruim/Péssimo



50 | ISTOÉ 2364 | 25/3/2015



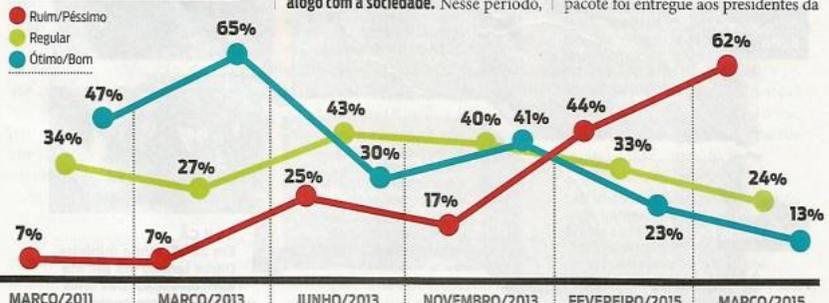
**ARTICULAÇÃO**  
Ao lado do ministro Gilberto Kassab, Dilma vai a Goiás para tentar fazer o governo andar. A falta de ação da presidente é um problema para o País

de contas, seria simbólico e altamente positivo enxugar a máquina), não assume os erros na condução da política econômica, não corta a corrupção pela raiz (até quando ela vai poupar antigos aliados?). Faz, enfim, apenas o que lhe convém – e não o que é necessário para tirar o Brasil do marasmo. Na terça-feira 17, Dilma se encontrou com o rei sem trono, o ex-presidente Lula, e foi informada que o isolamento cada vez maior pode ser perigoso para a sobrevivência dela e do próprio PT. “Se não tem verba, use o verbo”, disse

Lula, sem paciência, ao ouvir a ladainha da falta de recursos e convicto de que é preciso melhorar a comunicação do governo. Lula fez lembrar a frase de Maria Antonieta. Ao ouvir de um cocheiro que o povo não tinha o que comer, a consorte da França saiu-se com um “se não trêm pão, que comam brioche”. Para ficar no campo da realeza, há alguns dias o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que “o rei está nu”, numa alusão às feridas escancaradas do governo. FHC tem lançado artilharia pesada. Falou que Dilma precisa vestir as sandálias da humildade e que a presidente “está perdendo as condições políticas de governar”. O tiroteio vem de todos os lados. Na semana passada, o senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o Brasil vive “uma cleptocracia.” Desde que se elegeu para o segundo mandato, a presidente tem evitado o diálogo com a sociedade. Nesse período,

**A AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA**

Quase 90% dos brasileiros consideram a atual gestão regular, ruim ou péssima



FOTOS: TABA REFINETTO/POUQUAPRESS; FREDERIC JEAN/AGÊNCIA ISTOÉ; ERNESTO RODRIGUES/FOLHAPRESS

escalou ministros para pronunciamentos vazios, deu respostas confusas sobre os temas que preocupam o País e, nos jantares forçados com aliados, fez promessas de aproximação que se desfizeram nos dias seguintes. Mesmo quando decidiu sair da clausura, fez isso de forma atabalhoada. Na quarta-feira, 18, escalou sua equipe para o lançamento do

pacote anticorrupção prometido como resposta às manifestações. Com uma plateia repleta de assessores dispostos a aplaudir os discursos, o clima estava artificialmente favorável, embora o pacote não tenha trazido nenhuma novidade. É formado basicamente por projetos que já tramitavam no Congresso e outros discutidos há anos, como a Lei Anticorrupção, que prevê a punição de empresas envolvidas em práticas relacionadas ao desvio de recursos. A norma esperou na mesa de Dilma quase dois anos por regulamentação. Na semana passada, circularam na internet reportagens sobre o pacote anticorrupção lançado, repare bem, pelo governo Lula, em 2005. É praticamente a mesma coisa que foi proposta por Dilma. Uma década passou e o PT não atualizou suas ideias.

Antes de ser apresentado ao País, o pacote foi entregue aos presidentes da

## Brasil

Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ambos investigados, repare bem novamente, por envolvimento na Operação Lava Jato. Para confirmar que o governo se tornou refém desses políticos, uma reunião na véspera do lançamento do pacote levou o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, a detalhar as propostas para um público especial. Cardozo defendeu os pontos do pacote para parlamentares como Fernando Collor de Mello (PTB-AL), Benedito de Lyra (PP-AL) e Humberto Costa (PT-PE). Detalhe interessante: todos eles foram citados nas delações premiadas dos acusados de operar os desvios de recursos da Petrobras.

Alheios ao constrangimento de precisar submeter-se aos investigados, Dilma e seus ministros comemoraram o lançamento do pacote. "Acho que esse quadro de rejeição e queda de popularidade é reversível", disse, como se estivesse alheio à realidade, o secretário-geral da Presidência, Miguel Rossetto. O clima de otimismo durou pouco. Uma crise política repentina ofuscou a agenda positiva que ela tentou criar.

## Proposta requeitada

As medidas anticorrupção de Dilma em 2015 se assemelham às de Lula em 2005

**PACOTE DE LULA**  
O governo prometeu encaminhar para votação o mesmo projeto do deputado Eduardo Valverde (PT-RD) que transformaria em crime o enriquecimento ilícito de agentes públicos com pena de 3 a 8 anos de reclusão.

**PACOTE DE DILMA**  
Será encaminhado ao Congresso pedido de urgência para a votação do projeto de lei que pune servidores com bens incompatíveis à sua renda. O governo também propõe o confisco dos bens resultantes de atividade criminosa.

**Enriquecimento Ilícito**

**Ficha Limpa**  
Um projeto de lei do governo exige ficha limpa para os funcionários dos três poderes.

A intenção era criar uma corregedoria em cada ministério para acabar com a impunidade na administração pública e instaurar sindicâncias para investigar o enriquecimento ilícito de servidores do alto escalão.

**LÁ E CÁ**  
Em 2005, ainda ministra, Dilma lançou um pacote anticorrupção. Dez anos depois, pouco mudou

52 ISTOÉ 2364 25/3/2015



Enquanto os ministros se reuniam em seus gabinetes para avaliar a repercussão das propostas, o então ministro da Educação, Cid Gomes, fazia uma lambança na Câmara dos Deputados (leia reportagem à pág. 54).

Para colocar ainda mais obstáculos ao reinado dilmista, partidos de oposição apresentaram na semana passada um pedido de reconsideração ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, para que analise a possibilidade de a presidente ser incluída no rol de investigados da Operação Lava Jato. Embora tenha

**DISTANCIAMENTO**  
Depois do protesto de 2 milhões de brasileiros, os ministros Miguel Rossetto e Eduardo Cardozo são escalados por Dilma para falar. Mas eles não dizem nada

sido mencionada em depoimentos dos delatores Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, Dilma foi retirada da investigação pelo procurador-geral Rodrigo Janot. Zavascki afirmou que encaminhará o pedido ao Ministério

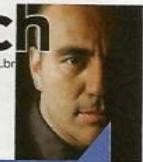


Público Federal. Ilhada, a presidente tenta reagir, mas deixa evidente sua fragilidade e dependência do Congresso, que parece dedicado a lhe ser cada vez mais hostil. Dilma não tem sossego. Na quinta-feira 19, uma proposta aprovada no TCU (Tribunal de Contas da União) poderá levar a presidente a se tornar alvo de ações de fiscalização do órgão que apura desvios na Petrobras. Se isso acontecer, será a abertura das portas do inferno. A decisão permite que Dilma seja investigada, multada e tenha bens bloqueados. Mas isso é coisa da semana passada. Na próxima segunda-feira, na terça, na quarta e nos muitos dias à frente, Dilma provavelmente estará enredada em novos e escabrosos episódios. A rainha precisa sair de seu castelo. ■

FOTOS: ZÓIO CASTELLANO/AGÊNCIA FOTÉ; JORGE WILLIAM/AGÊNCIA O GLOBO; ANSEL CIPRIANI/REUTERS/PHOTO PRESS; DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO

## Leonardo Attuch

attuch@istoe.com.br



## AS LIÇÕES DA QUEDA DE CID GOMES

**Quem governa o Brasil é ou não refém de "300 picaretas" ou de "400 achacadores"? Como sair desse impasse?**

Muito antes de ser presidente, o então operário Luiz Inácio Lula da Silva denunciou a existência de "300 picaretas" no Congresso Nacional. Quando chegou ao poder, organizou a maior coalizão governista que já se viu no País. Uma coalizão, diga-se de passagem, que lhe permitiu governar, mas também trouxe problemas a ele, como no caso do chamado "mensalão", e a sua sucessora Dilma Rousseff, nos episódios da "faxina ministerial" e, mais recentemente, da Lava Jato.

Agora, foi a vez de Cid Gomes, ex-ministro da Educação, diagnosticar a presença de "400 achacadores" no parlamento – ou seja, a cota de "picaretas" teria aumentado 33,33%. Na quarta-feira, quando muitos esperavam que Cid pudesse se desculpar no Congresso, baixou nele o espírito de Cid, seu mais do que arregrado irmão. Cid apontou o dedo para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e disse que é melhor ser chamado de mal-educado do que de achacador, reiterando sua acusação anterior. Naturalmente, caiu.

Para o governo Dilma, que atravessa um momento de convulsão política, teria sido melhor manter as aparências. Cid pediria desculpas, diria que tropeçou nas palavras inadvertidamente e a vida

seguiria em frente. Aliás, nada disso seria necessário se ele próprio tivesse sido demitido de forma sumária quando sua declaração vazou, há pouco mais de uma semana. Assim, seguiríamos a máxima de La Rochefoucauld: a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude.

Ocorre que, em momentos turbilhonares, como o atual, a verdade tem mais valor do que a hipocrisia. Afinal, o que revela o "sincerídio" de Cid Gomes? Nada menos que o altíssimo custo da chamada governabilidade no Brasil. No momento em que o Brasil se vê, novamente, estarrecido com pagamentos a parlamentares, será que ninguém se pergunta qual é a origem disso tudo? E mais: será que ninguém vê realmente a necessidade de uma reforma política, apenas porque esta não era a bandeira dos protestos do dia 15 de março?

Pois o caso Cid tem tudo a ver com a Lava Jato e todos os outros escândalos recentes do País. A política, hoje, no Brasil é caríssima e leva ao financiamento privado, que leva à corrupção. A governabilidade, com a miríade de partidos, também é cara e produz corrupção. Só há uma saída: reforma política e com urgência.

53

Fonte: IstoÉ, n. 2364, p. 48-53